

Relatórios e Contas 2011



ÍNDICE

I.	Dados sobre a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.	3
II.	Composição dos Órgãos Sociais	4
III.	Relatório do Conselho de Administração	5
	1. Atividade Desenvolvida em 2011	6
	2. Carteira de Ativos da Sociedade Gestora	7
	3. Situação Patrimonial	9
	4. Proposta de Aplicação de Resultados	9
	5. Nota Final	10
IV.	Demonstrações Financeiras	11
	Balanço	12
	Demonstração dos Resultados por Naturezas	13
	Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
	Demonstração das Alterações no Capital Próprio	15
	Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados	16
	Certificação Legal das Contas	31
	Parecer do Fiscal Único	33

■ DADOS SOBRE A SOCIEDADE GESTORA DOS FUNDOS DE PENSÕES DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de junho de 1988, tendo por objeto a gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

São seus acionistas:

- O Banco de Portugal com uma participação que, a 31 de dezembro de 2011, correspondia a 97,78% de capital; e

- Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido, com uma participação que, no seu conjunto, correspondia a 2,22% do capital.

A sua Sede e os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57, 7º, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2011:

- O Ativo Líquido da Sociedade ascendia a 2.743.044,70 euros;

- O Capital Próprio da Sociedade ascendia a 2.637.450,70 euros;

- O valor global dos Fundos de Pensões sob gestão fixou-se em 1.260.168.640,71 euros, correspondendo 1.255.092.019 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido e 5.076.621 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida.

■ COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

■ Presidente	Armando da Silva Couto
■ Secretário	Hernâni Fontoura Pires

Conselho de Administração

■ Presidente	José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
■ Administrador	João José Amaral Tomaz
■ Administradora Delegada	Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Fiscal Único Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.

Suplente do Fiscal Único Rui Abel Serra Martins, R.O.C.

Índice

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao exercício de 2011.

1.

■ ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2011

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. é a entidade responsável pela gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal: o Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido (FPBD) e o Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida (FPCD).

Compete igualmente a esta Sociedade a elaboração das avaliações atuariais relativas ao cálculo das responsabilidades inerentes ao plano de benefícios e aos encargos financiados pelo FPBD.

O capital da Sociedade Gestora é detido em 97,78% pelo Banco de Portugal e o seu quadro de pessoal é essencialmente constituído por trabalhadores do Banco abrangidos por um acordo de cedência.

O FPCD foi constituído em dezembro de 2010 e abrange os empregados do Banco de Portugal admitidos no sistema bancário a partir de 3 de março de 2009 e inscritos no regime geral da Segurança Social por força do Decreto-Lei n.º 54/2009.

No âmbito da gestão deste fundo, em 2011, assumiu particular relevo a decisão de, num contexto de instabilidade dos mercados de dívida, adiar a implementação da abordagem de ciclo de vida e adotar temporariamente uma carteira de investimento única.

Ainda no que respeita ao FPCD, foi promovida a aproximação entre a gestão financeira e os participantes, junto dos quais foi iniciado o reporte financeiro individual aos participantes e realizada uma sessão de esclarecimento sobre o Plano Complementar de Pensões, com ênfase na política de investimento.

Este processo de aproximação progressiva da gestão aos participantes será continuado em 2012 com a substituição da carteira única por perfis alternativos de investimento.

No âmbito da gestão do FPBD destacou-se, em 2011, a revisão do modelo atuarial, por forma a refletir a integração parcial no regime geral da Segurança Social decorrente da assinatura do segundo acordo tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação Nacional do Setor Financeiro e da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 1-A/2011 de 3 de janeiro.

Assumiu igualmente destaque a decisão de proceder ao ajustamento da metodologia de determinação da taxa de desconto, por forma a reduzir o risco de crédito implícito na valorização das responsabilidades decorrentes do plano de benefícios e manter a conformidade com os princípios consagrados na IAS19.

Durante o exercício de 2011, deu-se continuidade ao projeto de implementação da Norma Regulamentar n.º 8/2009-R, de 4 de junho, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP). Neste contexto, procedeu-se ao desenvolvimento e formalização dos sistemas de gestão de risco e controlo interno.

Na área de sistemas e tecnologias de informação, prosseguiu o processo de preparação da infraestrutura tecnológica de suporte ao *site* alternativo (*disaster recovery site*), de acordo com as recomendações do Plano de Continuidade de Negócio.

Foi também desenvolvida uma aplicação informática específica para a gestão do FPCD e implementada uma nova versão da aplicação que suporta a gestão dos ativos financeiros e imobiliários dos dois Fundos de Pensões.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal foi distinguida pela World Finance, revista internacional focada em temas de Economia e Finanças, que a considerou como a melhor gestora de Fundos de Pensões em Portugal. A distinção, denominada World Finance Pension Fund of the Year 2012, foi atribuída no final de 2011.

2.

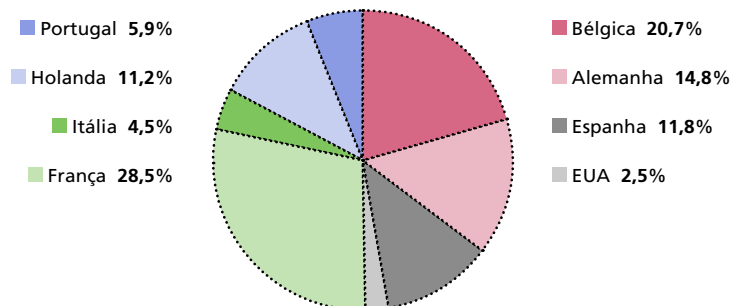
■ CARTEIRA DE ATIVOS DA SOCIEDADE GESTORA

Adicionalmente aos dois Fundos de Pensões, a Sociedade Gestora gere uma carteira de ativos própria, cujo valor era de 2179,8 milhares de euros em dezembro de 2011. Durante o ano de 2011, a carteira da Sociedade Gestora foi constituída, na sua totalidade, por dívida soberana de curto prazo da Área do Euro.

Ao longo do ano, a carteira apresentou uma repartição geográfica que traduz o

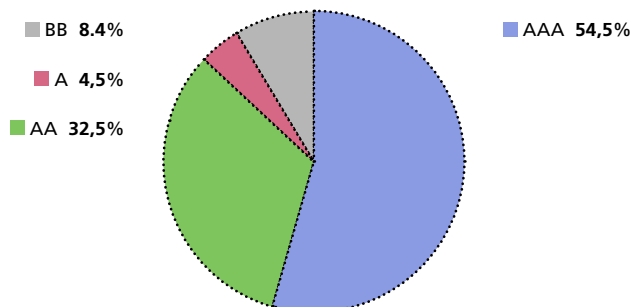
objetivo de preservar um elevado grau de diversificação por país e de limitar o risco de crédito.

Gráfico 1 — Estrutura da carteira por país a 31-12-2011



A composição da carteira por *rating* revela a sua elevada qualidade creditícia, patente na elevada exposição a emitentes com notações superiores a A.

Gráfico 2 — Composição da carteira por *rating* a 31-12-2011



3.

■ SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços, no valor 3.222.780 euros, registaram uma redução de 350.000 euros (-9,80%) face a 2010, em resultado sobretudo da diminuição da comissão de gestão paga pelo Associado.

A referida diminuição, que ocorreu por decisão do Conselho de Administração da Sociedade Gestora, acrescida da redução dos proveitos financeiros e de outros rendimentos e ganhos, implicou um decréscimo do total dos proveitos em 384.946 euros (-10,5%) face a 2010.

A totalidade dos custos e perdas registou um decréscimo de 430.201 euros (-12,1%) face a 2010. Este ficou a dever-se, em grande parte, à redução dos gastos com o pessoal, resultante da conjugação dos movimentos de entrada e saída de colaboradores com a aplicação das medidas de contenção salarial.

Os resultados líquidos e os capitais próprios situaram-se em 115.788,47 euros e 2.637.450,70 euros, respetivamente, pelo que a margem de solvência da Sociedade Gestora, no final de exercício, apresentava um nível de cobertura de 136,29%.

4.

■ PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o resultado líquido de impostos da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi 115.788,47 euros, no exercício de 2011, propõe-se a seguinte aplicação do mesmo:

Reserva legal: 5.789,42 euros

Reservas livres: 109.999,05 euros

5.

■ NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do exercício de 2011, o Conselho de Administração entende ser de destacar a confiança e o espírito de colaboração demonstrados pelo Banco de Portugal.

Ao Instituto de Seguros de Portugal expressa-se o reconhecimento pela forma como acompanhou a atividade da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e a dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora.

Lisboa, 14 de março de 2012

O Conselho de Administração

Presidente	José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Administrador	João José Amaral Tomaz
Administradora Delegada	Helena Maria de Almeida Martins Adegas

I.

II.

III.

IV.

< Índice

Balço

Demonstraço dos Resultados por Naturezas

Demonstraço dos Fluxos de Caixa

Demonstraço das Alteraço es no Capital Próprio

Anexo ao Balço e às Demonstraço es de Resultados

Certificaço Legal das Contas

Parecer do Fiscal Único

DEMONSTRAÇO ES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de Dezembro de 2011

RUBRICAS	Notas	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	270.689,41	258.929,76
Ativos Intangíveis	4	70.694,64	92.014,86
Ativos por impostos diferidos	8	0,00	1.828,60
		341.384,05	352.773,22
Ativo Corrente			
Outras contas a receber	9	1.058,20	52.221,57
Diferimentos	10	220.835,15	193.990,83
Ativos financeiros detidos para negociação	5	2.099.386,35	1.832.469,09
Caixa e depósitos bancários	6	80.380,95	198.735,40
		2.401.660,65	2.277.416,89
Total do Ativo		2.743.044,70	2.630.190,11
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas Legais		133.470,58	129.563,69
Outras reservas		1.388.191,65	1.317.877,98
Resultados Transitados		0,00	-3.917,27
Resultado líquido do período		115.788,47	78.137,83
Total do Capital Próprio	7	2.637.450,70	2.521.662,23
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	8	4.456,05	
		4.456,05	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	9	36.246,26	64.498,38
Estado e outros entes públicos	8	40.537,41	25.119,12
Outras Contas a Pagar	9	0,00	8.423,31
Diferimentos	10	24.354,28	10.487,07
		101.137,95	108.527,88
Total do Passivo		105.594,00	108.527,88
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.743.044,70	2.630.190,11

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

João José Amaral Tomaz

Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Vendas e serviços prestados	12	3.222.780,00	3.572.780,00
Fornecimentos e serviço externos	13	-1.186.138,11	-1.169.519,40
Gastos com pessoal	11	-1.735.423,58	-2.153.785,89
Aumentos/Reduções de justo valor	15	17.824,20	-3.979,30
Outros rendimentos e ganhos	14	39.951,85	72.744,43
Outros gastos e perdas	16	-89.998,20	-93.069,16
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		268.996,16	225.170,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-115.237,79	-133.294,32
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		153.758,37	91.876,36
Juros e rendimentos similares obtidos	17	3.306,79	19.950,00
Juros e gastos similares suportados	17	0,00	-16,30
Resultado antes de impostos		157.065,16	111.810,06
Imposto sobre rendimento do período		-41.276,69	-33.672,23
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		115.788,47	78.137,83

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

João José Amaral Tomaz

Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RENDIMENTOS E GASTOS	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Recebimentos de clientes	3.223.766,18	2.319.428,47
Pagamentos a fornecedores	-1.059.815,48	-1.036.470,47
Pagamentos ao pessoal	-1.633.803,36	-1.007.778,97
Caixa gerada pelas operações	530.147,34	275.179,03
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-43.789,13	-57.775,98
Outros recebimentos/pagamentos	-259.571,84	-286.192,19
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	226.786,37	-68.789,14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-88.539,63	-161.718,11
Ativos intangíveis	-17.048,60	-73.466,23
Investimentos financeiros	-2.813.950,75	-1.954.150,52
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	2.574.310,00	1.955.853,00
Juros e rendimentos similares	88,16	1.049,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-345.140,82	-232.432,06
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-118.354,45	-301.221,20
Caixa e seus equivalentes no início do período	198.735,40	499.956,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	80.380,95	198.735,40

(em Euros)

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio
	Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2011	6	1.000.000,00	129.563,69	1.317.877,98	-3.917,27	78.137,83	2.521.662,23
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilística							
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8				115.788,47	115.788,47	115.788,47
Resultado integral	9=7+8					115.788,47	115.788,47
Operações com detentores de capital no período							
Distribuições			3.906,89	70.313,67	3.917,27	-78.137,83	0,00
Outras operações	10	0,00	3.906,89	70.313,67	3.917,27	-78.137,83	0,00
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011	6+7+8+10	1.000.000,00	133.470,58	1.388.191,65	0,00	115.788,47	2.637.450,70

(em Euros)

■ ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Introdução

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., foi constituída em 3 de julho de 1988, por escritura notarial lavrada da folha 74 à 76 do livro de notas para escrituras diversas n.º 677 – C do 9º Cartório Notarial de Lisboa, tendo atualmente por objeto a administração, gestão e representação dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

A sua constituição foi autorizada pela Portaria n.º 245/88, de 20 de abril, do Ministério das Finanças.

Em 26 de abril de 2010, procedeu-se à alteração da respetiva denominação social para Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

A Sociedade gere o Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido e, desde dezembro de 2010, o Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida.

Nota 1

BASE DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Com a entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2010, do Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. ficou abrangida pela obrigatoriedade de adoção do normativo contabilístico nacional (SNC – Sistema de Normalização Contabilística), que se baseia nas Normas Internacionais de Contabilidade, emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez em 2010, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), que fazem parte integrante do SNC.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2012.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis

São contabilizados pelo respetivo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas. As amortizações são registadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida. As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil. Os prazos de vida útil esperada são os seguintes:

	Percentagem anual
Equipamento básico	10,00%
Equipamento administrativo: escritório, mobiliário e artigos de decoração e social	10 a 33,33%
Outros ativos tangíveis	10,00%

Os eventuais ganhos ou perdas provenientes do abate ou da alienação são determinados pela diferença entre os valores efetivamente recebidos e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos nas demonstrações financeiras.

Ativos Intangíveis

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre infinitas ou finitas:

Os ativos intangíveis com vidas úteis infinitas não são amortizados, mas são testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indicação de que possam estar em imparidade.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A rubrica é composta essencialmente por aplicações informáticas, registadas inicialmente pelo custo de aquisição, que compreende todos os encargos necessários para colocar a aplicação em condições de ser usada pelo utilizador.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo deduzidos de amortizações acumuladas e de perdas por imparidades acumuladas.

O registo das amortizações é efetuado, em base duodecimal, ao longo da vida

útil estimada dos ativos, que é de 3 anos no caso das aplicações informáticas (taxa de 33,33%).

Ativos por Impostos Diferidos

Os ativos por impostos diferidos são calculados com base no resultado tributável, considerando a tributação diferida. São reconhecidos ativos por impostos diferidos, na medida em que seja provável que serão gerados resultados futuros para utilizar a respetiva diferença temporária.

Os impostos diferidos ativos são recalculados numa base anual e ajustados ao valor expectável de utilização, usando-se as taxas fiscais em vigor na data do fecho do balanço, aplicáveis no período de realização dos ativos por impostos diferidos.

Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Outras Contas a Receber

Os valores registados na rubrica de outras contas a receber encontram-se valorizados ao custo deduzidos de imparidades.

Diferimentos Ativos e Passivos

Nesta rubrica estão refletidas transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorreram, mas que devem ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Estes ativos são adquiridos com o intuito de venda no curto prazo e de realização de ganhos, quer tendo por base os rendimentos, quer através da flutuação de valores.

As compras e vendas de ativos financeiros são registadas no momento da transação e são imediatamente reconhecidas ao justo valor.

Os ganhos e as perdas, realizados ou não realizados, decorrentes das alterações

ao justo valor, são incluídos nas demonstrações financeiras no período a que respeitem, nas respetivas contas de resultados.

O justo valor dos investimentos é calculado com base em preços de mercado. No caso de títulos cotados, cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeito de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de ativo financeiro em causa. Assim, recorre-se a preços utilizados em transações recentes de ativos semelhantes, efetuadas entre partes independentes, bem como análise do fluxo de caixa descontado.

A valorização de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transacionados em operações fora de bolsa, é efetuada através de recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

Os juros e os encargos são registados nas respetivas contas no momento em que é estabelecido o direito ao seu recebimento ou pagamento, respetivamente, exceto no caso dos dividendos, que apenas são registados no momento do seu recebimento efetivo.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de Caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de 3 meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor.

Outras Contas a Pagar

As contas a pagar estão mensuradas ao custo.

Reconhecimento de Proveitos e Custos

De acordo com o princípio da especialização dos exercícios, por norma, os proveitos e os custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, ou seja, são contabilizados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os proveitos apenas são reconhecidos desde que seja provável que fluam para a Sociedade os benefícios económicos futuros, associados a cada transação e que a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Nota 2

PRESSUPOSTOS, JUÍZOS DE VALOR E ESTIMATIVAS UTILIZADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram elaboradas estimativas e adotados pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos, passivos, réditos e gastos, bem como os passivos contingentes, se aplicável.

Na elaboração dos pressupostos e das estimativas utilizadas foi considerada a informação disponível até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, em 14 de março de 2012.

Nota 3

GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente, de mercado (cambial e de taxa de juro), de crédito e de liquidez:

- i) O risco cambial, dada a inexistência de ativos denominados em moeda estrangeira, decorre da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, não se justificando a negociação de contratos de cobertura;
- ii) O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte;
- iii) O risco de crédito, atendendo à natureza da atividade desenvolvida, está assegurado através da existência de relações contratuais com o principal acionista;
- iv) O risco de liquidez é gerido de forma prudente, através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

Nota 4

MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ATIVOS FIXOS

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos na rubrica de ativos fixos, incluindo as respetivas amortizações acumuladas:

	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Saldo Final
INVESTIMENTOS				
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Equipamento Básico	278.498,54	46.116,77	0,00	324.615,31
Equipamento Administrativo	592.264,88	42.497,48	0,00	634.762,36
Outros Ativos Tangíveis	73.936,48	0,00	0,00	73.936,48
	944.699,90	88.614,25	0,00	1.033.314,15
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS				
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00		0,00
Programas de Computador	754.980,01	17.062,97		772.042,98
	754.980,01	17.062,97	0,00	772.042,98
	1.699.679,91	105.677,22	0,00	1.805.357,13
DEPRECIAÇÕES				
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Equipamento Básico	147.330,90	26.289,86		173.620,76
Equipamento Administrativo	490.673,61	44.434,09		535.107,70
Outros Ativos Tangíveis	47.765,63	6.130,65		53.896,28
	685.770,14	76.854,60	0,00	762.624,74
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS				
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00		0,00
Programas de Computador	662.965,15	38.383,19		701.348,34
	662.965,15	38.383,19	0,00	701.348,34
	1.348.735,29	115.237,79	0,00	1.463.973,08
	350.944,62	-9.560,57	0,00	341.384,05

(em Euros)

Nota 5

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A composição da carteira de títulos, no final do exercício de 2011, decompunha-se conforme o quadro seguinte:

	31 / Dez / 11				31 / Dez / 10	
	Quantidade	Custo médio	Mais Valias	Juro Corrido	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Ativos Financeiros Detidos para Negociação						
Bilhetes do Tesouro	2.104.000,00	2.081.562,15	17.824,20	0,00	2.099.386,35	1.544.708,79
Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.760,30
Total	2.104.000,00	2.081.562,15	17.824,20	0,00	2.099.386,35	1.832.469,09

(em Euros)

Nota 6

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe desta rubrica é o seguinte:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Depósitos à ordem	79.630,95	197.488,42
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Total	79.630,95	197.488,42

(em Euros)

Aos valores supra mencionados, acresce o montante referente ao fundo fixo de caixa, que correspondeu a 750,00 euros em 2011, após 1.246,98 euros no ano anterior.

Nota 7

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O capital social da Sociedade Gestora encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A lista de acionistas, conforme o estipulado no n.º 4 do art.º 448 do código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

Titularidade	Acções Detidas	%
Banco de Portugal	195.564	97,78%

(em Euros)

A variação na estrutura de capitais próprios consta do mapa da demonstração das alterações no capital próprio.

Nota 8

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos detalhados desta rubrica do balanço, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são os seguintes:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Estado e Outros Entes Públicos		
Estimativa de imposto	34.992,04	31.694,88
Pagamentos por conta e Retenções na Fonte	-23.808,00	-30.203,09
IRC a pagar	11.184,04	1.491,79
Retenção de Impostos	546,56	1.987,79
Imposto sobre o Valor acrescentado	28.118,86	20.951,59
Contribuições para a Segurança Social	687,95	687,95
	40.537,41	25.119,12

(em Euros)

Nos termos da legislação em vigor, a Sociedade Gestora está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), encontrando-se enquadrada como exercendo “Atividades de Gestão de Fundos”, sujeita ao regime geral de tributação de rendimentos, pelo que sobre o lucro obtido em cada período de tributação incide a taxa normal, atualmente de 25%. Adicionalmente, em cada período de tributação incide ainda uma derrama, sobre o lucro tributável não isento de IRC, fixada pelo Município de Lisboa, até ao valor máximo de 1,5%.

Conforme os termos legais, a Sociedade Gestora procedeu à liquidação por conta deste imposto, nos meses de julho, setembro e dezembro de 2011, no montante total de 23.432,04 euros. A este valor acrescem ainda retenções na fonte, no montante 375,96 euros, relativas a rendimentos obtidos em território português.

As declarações fiscais da Sociedade Gestora podem ser revistas e corrigidas, por parte das autoridades fiscais, durante um período de 4 anos, com exceção das declarações para a Segurança Social, que podem ser revistas durante um período de 5 anos, em ambos os casos, com as exceções previstas na Lei.

No final de 2011, estas exceções não eram aplicáveis à Sociedade Gestora, nomeadamente, pela inexistência de prejuízos fiscais ou de benefícios fiscais, ou por não estarem em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações fiscais que, dependendo das circunstâncias, possam alargar ou suspender os referidos prazos.

As autoridades fiscais podem ainda efetuar correções, sempre que existam relações especiais que tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A Administração da Sociedade considera que eventuais correções resultantes de revisões fiscais, aplicáveis aos exercícios passíveis de revisão, não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

A Sociedade Gestora reconhece o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal, para efeito de tributação em sede de IRC, relativas à depreciação da carteira de títulos.

Os impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes das diferenças temporárias, e são calculados e avaliados anualmente, utilizando a taxa efetiva de tributação que se assume estar em vigor à data da reversão das referidas diferenças.

Na transição para o SNC foram reconhecidos os impostos diferidos associados aos ajustamentos de transição, bem como os impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos de acordo com as regras do POC.

No exercício de 2011, foram registados impostos diferidos passivos no valor de 4.456,05 euros, que resultam de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, devido ao registo na contabilidade de ganhos derivados do justo valor dos investimentos detidos para negociação. Em 2010, os impostos diferidos eram Ativos no montante de 1.828,60 euros.

Nota 9

OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Estas rubricas decompõem-se essencialmente da seguinte forma:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Ativo Corrente		
Banco de Portugal - Associado	0,00	52.221,57
Cauções prestadas	692,29	692,29
Assinaturas e Documentação Técnica	365,91	80,18
	1.058,20	52.994,04
Passivo Corrente		
Fornecedores c/c	36.246,26	64.498,38
Outras contas a pagar-Honorários	0,00	8.423,31
	36.246,26	72.921,69

(em Euros)

O montante de fornecedores regista os respetivos movimentos das contas correntes.

Nota 10

DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Os gastos a reconhecer estão a ser mensuralizados e discriminam-se como se segue:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Seguros	12.054,16	13.693,04
Rendas	19.534,50	23.214,30
equipamento Informático e outros	73.828,32	65.713,01
Custos de manutenção e software	109.614,54	89.786,69
	215.031,52	192.407,04

(em Euros)

Os rendimentos reconhecidos, por receber, discriminam-se como se segue:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Sub-arrendamentos	5.593,63	0,00
Outras	210,00	7.451,37
	5.803,63	7.451,37

(em Euros)

Diferimentos Ativos

A rubrica de diferimento ativo detalha-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Gastos a reconhecer	215.031,52	192.407,04
Rendimentos reconhecidos	5.803,63	7.451,37
Diferimentos ativos	220.835,15	199.858,41

(em Euros)

Diferimentos Passivos

A rubrica de diferimento passivo detalha-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Gastos a reconhecer		
Custos de auditoria	22.447,50	7.744,00
Provisão sub. Férias	1.906,78	1.869,02
	24.354,28	9.613,02
Rendimentos reconhecidos	0,00	874,05
Diferimentos passivos	24.354,28	10.487,07

(em Euros)

Nota 11

GASTOS COM PESSOAL

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Remunerações do Pessoal	1.691.268,24	2.118.217,57
Encargos com Remunerações	6.567,27	6.377,97
Outros	37.588,07	29.190,35
	1.735.423,58	2.153.785,89

(em Euros)

O valor das remunerações corresponde aos valores reembolsados ao Banco de Portugal, relativos aos encargos liquidados aos colaboradores da Sociedade Gestora, pertencentes aos quadros do Banco e signatários do respetivo acordo de cedência de trabalhadores.

Os outros gastos correspondem, maioritariamente, a custos de formação suportados pela Sociedade Gestora.

Nota 12

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços reporta-se apenas à comissão de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente, de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

Por decisão do Conselho de Administração da Sociedade Gestora, a remuneração de gestão de 2011 ascendeu a 3.222.780 euros.

Nota 13

FORNECEDORES E SERVIÇOS EXTERNOS

No final dos exercícios de 2010 e 2011, a composição desta rubrica era a seguinte:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Fornecimentos e Serviços Externos		
Serviços Especializados	761.196,04	693.455,13
Materiais	6.820,72	5.684,85
Energia e Fluídos	25.954,85	21.267,35
Deslocações e Estadas e Transportes	16.826,68	18.444,60
Serviços Diversos	375.339,82	430.667,47
	1.186.138,11	1.169.519,40

(em Euros)

Nota 14

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2010 e 2011:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em alienações	10.726,21	5.557,69
Rendimentos Suplementares	7.453,83	11.913,16
Correcções de exercícios anteriores	8.286,89	315,84
Excesso de estimativa de impostos	2.198,33	1.562,50
Outros	11.286,59	53.395,24
	39.951,85	72.744,43

(em Euros)

Nota 15

AUMENTOS/REDUÇÕES JUSTO VALOR

As perdas e os ganhos provenientes do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontram-se evidenciados no mapa seguinte:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Aumentos/Reduções Justo Valor		
Perdas por redução do justo valor	0,00	7.314,41
Ganhos por aumentos do justo valor	17.824,20	3.335,11
	17.824,20	-3.979,30

(em Euros)

Nota 16

OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Outros Gastos e Perdas		
Impostos Indirectos	62.797,35	60.441,98
Taxas	10.668,80	11.666,27
Gastos e perdas em alienações	765,00	6.267,89
Correcções de exercícios anteriores	3.424,65	3.921,70
Quotizações	8.425,00	8.400,00
Multas e Penalidades	149,94	0,00
Taxas e outras despesas financeiras	3.767,46	2.371,32
	89.998,20	93.069,16

(em Euros)

Nota 17

JUROS E RENDIMENTOS OBTIDOS E JUROS E GASTOS SUPORTADOS

No final dos exercícios de 2010 e 2011, a composição destas rubricas era a seguinte:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Juros e Rendimentos Obtidos		
Juros obtidos em depósitos	88,16	2.608,88
Juros obtidos em aplicações	3.218,63	17.341,12
	3.306,79	19.950,00
Juros e Gastos Similares		
Juros de mora e compensatórios	0,00	16,49
Outros	0,00	-0,19
	0,00	16,30
	3.306,79	19.933,70

(em Euros)

Nota 18

REMUNERAÇÃO DOS ORGÃOS DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, assinala-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. não auferiram qualquer remuneração em 2011.

O órgão de fiscalização da sociedade, constituído por um Fiscal Único, representado pela Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., auferiu uma remuneração no valor de 22.447,50 euros, sendo 15.990 euros referentes ao serviço de revisão legal de contas e 6.457,5 euros para remunerar a realização do relatório de auditoria ao sistema de controlo interno, com referência ao exercício de 2011.

Nota 19

PARTES RELACIONADAS

A Sociedade Gestora realizou as seguintes transações com o Banco de Portugal:

	31 / Dez / 11	31 / Dez / 10
Cedência de Pessoal	1.661.186,92	2.086.787,65
Remuneração de Gestão	3.222.780,00	3.572.780,00
Diferimentos ativos	4.883.966,92	5.659.567,65

(em Euros)

Nota 20

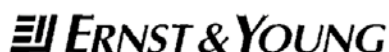
CONTAS DE ORDEM

Conforme determinado pelas Normas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, as contas dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, geridos pela Sociedade Gestora, encontram-se relevadas nas seguintes contas extra patrimoniais:

01 – Fundos de Pensões do Banco de Portugal

02 – Gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal

Estas contas apresentam saldos simétricos, em 31 de dezembro de 2011, de 1.260.168.640,71 euros, e correspondem ao total dos ativos dos dois Fundos de Pensões sob gestão.



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ev.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 2.743.044,70 Euros e um total de capital próprio de 2.637.450,70 Euros, incluindo um resultado líquido de 115.788,47 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Gep

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

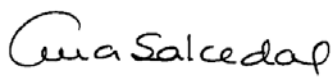
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, as quais incluem as decorrentes da adopção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho [excluir se o relato for em IFRS, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas provenientes dos accionistas, colaboradores da sociedade e outros [se existentes];
- Confirmámos que o Relatório de Gestão o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade;



No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2011 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2011 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2011, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 15 de Março de 2012

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

**Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S. A.
Avenida da República, n.º 57 - 7.º
1050-189 Lisboa**

**Produção: Ligrate, Lda.
Julho de 2012**